



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



1 **Ata Nº 03 Reunião CMDT**

2 **Data:** 16/05/2022

3 **Horário:** 16:00 Horas

4 **Local:** Mercado Público de Lages

5 Aos dezesseis dias do mês de abril de 2022, as 16h18, na sala de reuniões do Mercado Público de
6 Lages, aconteceu a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial. Fizeram-se
7 presentes o Diretor de Urbanismo e Planejamento, Arquiteto e Urbanista Roberto Carvalho
8 Provenzano da Secretaria de Planejamento e Obras - SPO; Volsiú Waltrick da Associação Serrana
9 dos Deficientes Físicos; Kareenn Diener, Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade do
10 Planalto Catarinense; Raquel Valério de Souza professora da UDESC; Fabiano Ventura dos Santos,
11 Engenheiro Civil da CDL; Luís Felipe Stancke da SMASH; Roberta Machado, Engenheira Civil da
12 Defesa Civil; Nilton Selmória da SDE; Sérgio Todeschini da Diretoria de Trânsito – DIRETRAN; Camila
13 Figueiredo da ACIL; Rafael Floriani da SMS; Mariana Campos de Andrade do IAB- SC/CAU-SC; Pedro
14 A. Garib, Engenheiro Civil do SINDUSCON; Willy Brun Filho da AEA; Elói Ampessan Filho, Procurador
15 Geral do município de Lages – PROGEM; Karine Fernandes Brun, Procuradora Adjunta do
16 Município de Lages – PROGEM, Evelin Wagner Bender, Arquiteta e Urbanista da SPO.

17
18 **Desenvolvimento do Trabalho:** o Diretor de Planejamento e Urbanismo da Secretaria de
19 Planejamento e Obras, Arquiteto e Urbanista, Roberto Carvalho Provenzano, dá início à reunião,
20 saudando a todos e explicando que o assunto a ser tratado é bem importante, pois é necessário
21 fazer o encaminhamento administrativo e legal ao documento do mapa de APP, do Plano Diretor
22 de Lages, que diz respeito ao Anexo XIII. Ele começa explicando que após algumas determinações
23 judiciais, mudou-se alguns encaminhamentos, principalmente no que diz respeito às ligações de
24 energia elétrica dos domicílios. Ele explica, que a partir dessa premissa é preciso decidir qual será
25 o formato do encaminhamento, se o anexo XIII será revogado ou atualizado, e que além disso
26 existe a condição enquanto planejamento urbano, de que ele seja revisto e atualizado. Há também
27 as questões jurídicas que estão inseridas no contexto deste tema, por isso a PROGEM está
28 presente, sendo representada pela Dra. Karine e pelo Dr. Elói. Então, Roberto passa a palavra ao
29 Dr. Elói, que cumprimenta a todos e faz uma breve contextualização sobre a questão das ligações
30 de energia elétrica. Ele explica que o Ministério Público Federal de Florianópolis entrou com uma
31 ação civil pública onde foi sentenciada a pouco tempo que não poderia mais ser ligada e religada
32 a luz em área de APP (área de preservação permanente). Ele expõe que o problema disso é que
33 todas as pessoas que por algum motivo tiveram a luz desligada, o que é muito comum em
34 residências alugadas, a Celesc está pedindo para que o município dê uma declaração de que o
35 endereço não está em área de APP. Ele acrescenta que se, eventualmente, o endereço for na beira
36 do Rio Carahá, a SPO vai dar uma declaração de que está em área de APP, porém em área
37 consolidada, mas isso a Celesc não aceita e não religa a luz. Ele contextualiza que esse problema
38 está acontecendo no estado todo, não é somente em Lages. Já entraram em contato com os
39 advogados da Celesc que pediram uma audiência conciliatória para que o judiciário flexibilize esse
40 entendimento, porque quando foi dada a sentença, foi estipulada uma multa para a Celesc, por



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



41 isso ela não está aceitando qualquer coisa que se relacione com APP. O Juiz deu 30 (trinta) dias
42 para o Ministério Público se manifestar, no entanto, se considerar 30 (trinta) dias úteis, na verdade
43 são quase 60 (sessenta) dias e sabe-se que agora é inverno e há mais de 200 (duzentas) famílias
44 sem luz. Considerando a presente situação, é necessário que seja realizada a atualização do Anexo
45 XIII do Plano Diretor para que se verifique a efetiva situação das áreas de APP no Município de
46 Lages e, é neste sentido que se faz necessária a consulta ao CMDT. Elói explica sobre o trabalho da
47 engenheira ambiental que está indo verificar *in loco* e fazendo o laudo para que a Celesc autorize
48 a religação em determinados casos. Ele acrescenta ainda, que o município não é parte nesta ação,
49 a ação é do Ministério Público com a Celesc, mas afeta o município, pois as famílias que estão sem
50 luz procuram a SPO para tentar resolver o problema. Passa-se então a palavra para a engenheira
51 Roberta que explica que há bastante casos em que a lei federal desconsidera área de APP. Elói
52 explica que esta alteração do anexo será feita de modo responsável e que há o SIGSC – Sistema de
53 Informações Geográficas de Santa Catarina, e inclusive, ao se fazer a sobreposição do que consta
54 no SIG com o que consta no anexo XIII Plano Diretor de Lages, é possível identificar que a
55 quantidade de APPs que aparecem no SIG é bem menor das que aparecem no Plano Diretor. Garib
56 questiona sobre a responsabilidade do IMA – Instituto do Meio Ambiente, nesta questão. Dra.
57 Karine responde que o Ministério Público Federal acabou exigindo que se não houver mapa
58 georreferenciado só será possível fazer a religação com a declaração do município. Kareen
59 questiona se há tempo hábil para fazer levantamento *in loco*. Dr. Elói explica que foi decidido em
60 conjunto com a Defesa Civil, por intermédio de uma engenheira ambiental, que nos casos em que
61 há divergência de informação entre o que consta no anexo XIII e a situação real, é feita a verificação
62 *in loco*, e se a área não é APP, ela certifica por meio de um documento atestando que o endereço
63 não está em APP. Mariana pergunta se estamos considerando somente as APPs em torno dos rios.
64 Dr. Elói responde que é genérico falar em APP, mas no caso de Lages, o problema gira em torno dos
65 rios. Raquel pergunta se há algum mecanismo para suplementar a questão da APP, por exemplo,
66 justificar que essa situação das famílias que estão sem energia elétrica agora no inverno é também
67 um problema de saúde pública. Elói explica que tudo gira em torno dessa decisão do juiz federal,
68 e que a Celesc, por ter sido multada, está se protegendo, apesar do princípio da dignidade da
69 pessoa humana. Roberta comenta sobre o **trabalho do professor Sílvio do Centro de Ciências**
70 **Agroveterinárias - CAV/UDESC**, que está bem completo e sugere que se **compare com as**
71 **informações que constam no SIGSC e no mapa do anexo XIII, e onde houver divergências é**
72 **necessário fazer a vistoria in loco**. Elói e Roberto concordam que a partir daí é possível obter as
73 informações para ir atualizando o mapa do anexo XIII do Plano Diretor. Roberto acrescenta que a
74 base é esse cenário que foi apresentado e os caminhos a serem percorridos também, é importante
75 dar ciência ao conselho para levar adiante este processo. **A decisão foi aprovada por**
76 **unanimidade.**

77 Por fim, deu-se por encerrada a reunião às 16h52.

78

79 Eu, Evelin Wagner Bender, Arquiteta e Urbanista da Secretaria de Planejamento e Obras de Lages,
80 redijo a presente ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

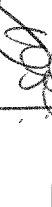
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



- 81
- 82 Roberto Carvalho Provenzano Diretor de Urbanismo e Planejamento, Arquiteto e Urbanista da
- 83 Secretaria de Planejamento e Obras - SPO;
- 84 Volsiú Waltrick da Associação Serrana dos Deficientes Físicos;
- 85 Kareenn Diener, Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade do Planalto Catarinense -
- 86 UNIPLAC;
- 87 Raquel Valério de Souza, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
- 88 Fabiano Ventura dos Santos, Engenheiro Civil da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Lages - CDL;
- 89 Luís Felipe Stancke da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SMASH;
- 90 Roberta Machado, Engenheira Civil da Defesa Civil;
- 91 Nilton Salmória da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SDE;
- 92 Sérgio Todeschini da Diretoria de Trânsito – DIRETRAN;
- 93 Camila Figueiredo da Associação Empresarial de Lages - ACIL;
- 94 Rafael Floriani da Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- 95 Mariana Campos de Andrade do IAB- SC/CAU-SC;
- 96 Pedro A. Garib, Engenheiro Civil do SINDUSCON;
- 97 Willy Brun Filho, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos - AEA;
- 98 Elói Ampessan Filho, Procurador Geral do município de Lages – PROGEM;
- 99 Karine Fernandes Brun, Procuradora Adjunta do Município de Lages – PROGEM;
- 100 Evelin Wagner Bender, Arquiteta e Urbanista da SPO.
- 101

Reunião: CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CMDT)

Local: Mercado Público - Lages

NOME	ENTIDADE	ASSINATURA	FONE	E-MAIL
Roberta Louzada	D. J. Louzada		48 888 388191	robortamalzada@hotmail.com
FABIANO VENTURA DOS SANTOS	CDL		49 999 88 8023	EXTORTENGENHACIA@gmail.com
LUIZ FELIPE STANCK	SMASH		49 988132017	luizfelipestanck@hotmail.com
ALDEN JACQUES	SDE		49 991695011	aldenjacques@gmail.com
SEBASTIAO J. VEDERHIM	Secretaria			
FRANCISCA DANCE	Unipolac		95 1810802	franciscadance.com.br
GABRIEL FIGUEIREDO	ACU		99 193-0790	gabriel@studioscas.com.br
FRANCISCA	Unipolac		99 9649394	francisca@unipolac.com.br
FRANCISCA FLORENCIA	GM		99 9123392	franciscaflores@gmail.com
MARIANA CAMPOS DEANDRE	IAB/CAU-SC		(49) 99928-3687	MARIANACAMPOS@GMAIL.COM
WILLY BRUN FILHO	AEA		99 925-5657	
EDSON ALVES GARCIA	Unipolac		99 9770850	